



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Agosto de 2023
Data da Publicação:	15/09/2023

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Ago
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	87.993.912,69
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	17.815.233,97
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	-
	TOTAL	105.809.146,66

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Ago
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	2.122.270,11
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	12.802.314,43
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	0,00
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	941.065,59
II-F	Passagens e despesas com locomoção	318.752,02
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	15.293,58
II-I	Serviços de água e esgoto	563,59
II-J	Serviços de energia elétrica	590,57
II-K	Serviços de telecomunicações	678.283,66
II-L	Serviços de comunicação em geral	394.137,35
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	4.229.070,56
II-N	serviços de limpeza e conservação	7.500.608,61
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	1.437.698,88
II-P	Serviços de publicidade	514.603,37
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	0,00
II-R	Serviços de seleção e treinamento	248.018,18
II-S	Aquisição de material de expediente	239.255,50
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	73.503,00
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	182.997,86
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	123.438,84
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	302.285,79
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	1.863.010,60
II-Z	demais despesas de custeio	5.471.047,40
	TOTAL	39.458.809,49

Inciso III – Despesas com Investimentos		Ago
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	627.226,83
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	5.477.600,00
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	157.939,12
	TOTAL	6.262.765,95

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Ago
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
IV-B	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Ago
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	129.809.653,00
V-B	Custeio ⁽³⁾	15.860.905,48
V-C	Investimento	0,00
V-D	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	145.670.558,48

Inciso VI – Receitas		Ago
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	10.079.704,41
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	5.133.780,00
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	8.422.048,15
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	14.373.295,16
	TOTAL	38.008.827,72

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o novo Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará - SIAFE ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 16/01/2023, o mesmo ainda está passando por ajustes, comprometendo assim a extração de dados do mesmo. Logo, o presente relatório poderá ser retificado posteriormente.